



Matrizes

ISSN: 1982-2073

ISSN: 1982-8160

matrizes@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

Krohling Peruzzo, Cicilia M.

**Possibilidades, realidade e desafios da comunicação cidadã na web 1**

Matrizes, vol. 12, núm. 3, 2018, pp. 77-100

Universidade de São Paulo

Brasil

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i3p77-100>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=143065736008>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em [redalyc.org](http://redalyc.org)

UAEM  [redalyc.org](http://redalyc.org)

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa  
acesso aberto

# Possibilidades, realidade e desafios da comunicação cidadã na web<sup>1</sup>

## *Possibilities, reality and challenges of citizen communication on the web*

CICILIA M. KROHLING PERUZZO<sup>a</sup>

Universidade Anhembi Morumbi, Faculdade de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. São Paulo – SP, Brasil

### RESUMO

Texto sobre a participação social potencializada pelas mídias e redes sociais digitais. O objetivo é refletir sobre a apropriação do ciberespaço pelos movimentos sociais populares, atentar para as contraposições a respeito do papel das mídias e redes on-line e para suas potencialidades na articulação mobilizadora. O estudo parte de pesquisa bibliográfica e situa brevemente aspectos do debate teórico sobre tecnologias e internet, refletindo, em seguida, sobre algumas das práticas sociais efetivadas na relação entre movimentos populares e internet. Considera-se que a internet ampliou as possibilidades à comunicação popular, comunitária e alternativa, que se renova em sua linguagem, formatos, importância e alcance.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais, redes sociais on-line, comunicação cidadã

### ABSTRACT

Text about the social participation enhanced by online media and networks. The objective is to reflect on the appropriation of cyberspace by popular social movements, as well as paying attention to the contrapositions of the role of online media and networks and their potentiality in the mobilizing articulation. The study starts from a bibliographical research to briefly situate aspects of the theoretical debate on technologies and the internet, and then to reflect on some of the social practices carried out in the relation between popular movements and the Internet. It is considered that the Internet has broadened the possibilities for popular, communitarian and alternative communication, which is renewed in its language, format, importance and scope.

**Keywords:** Social movements, online social networks, citizen communication

<sup>1</sup> Versão revista e ampliada do trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania do XXVI Encontro Anual da Compós, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo – SP, 6 a 9 de junho de 2017. Texto elaborado a partir das ideias preliminares expostas em conferência proferida no II Seminário de Jornalismo e Cidadania (Sejoc), promovido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa – PR, no dia 1 de outubro de 2015.

<sup>a</sup> Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Anhembi Morumbi. Bolsista por produtividade do CNPq. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6384-8848>. E-mail: [kperuzzo@uol.com.br](mailto:kperuzzo@uol.com.br)

## INTRODUÇÃO

A EXPRESSÃO *COMUNICAÇÃO CIDADÃ* é bastante ampla e, apesar de ser empregada no sentido de *comunicação do povo* no exercício da cidadania, pode ser entendida de formas distintas, das emancipatórias às conservadoras. A ampliação do conceito ocorre, especialmente, na atualidade, quando a internet perde sua aura de ambiente a favor da civilidade, revelando-se também como ambiente propício a atitudes discriminatórias, insultos, circulação de informações falsas, *bullying* etc. Embora sejam desenvolvidos por cidadãos e cidadãos no exercício do direito à liberdade de expressão, esses conteúdos se distanciam da comunicação cívica e comprometida com a justiça. Por essa razão, esclareço que enfocarei apenas na comunicação no âmbito dos movimentos populares, coletivos e organizações sem fins lucrativos atuantes na perspectiva da comunicação popular, comunitária e alternativa, uma vez inserida nas dinâmicas de mudança e construção da cidadania, tendo por base a realidade brasileira.

O objetivo do texto é refletir sobre a apropriação do ciberespaço pelos movimentos sociais populares, diferenciando-os brevemente das grandes manifestações públicas e protestos, além de atentar para as contraposições sobre o papel das mídias e redes sociais digitais e para suas potencialidades na articulação mobilizadora e como arena de encontro e debates.

O estudo parte de pesquisa bibliográfica e situa brevemente aspectos do debate teórico sobre tecnologias e internet, refletindo, em seguida, sobre algumas das práticas sociais efetivas na relação movimentos populares e ciberespaço, entre outros aspectos. A ênfase recai no contexto geral da relação entre movimentos sociais e internet, dimensão necessária para compreender os *conceitos e práticas comunicativas de organizações comunitárias e movimentos sociais no Brasil*, pesquisa desenvolvida pela autora com o apoio do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq).

A abordagem será desenvolvida em três tópicos, a saber: aspectos do debate teórico acerca da relação entre internet e movimentos sociais; possibilidades e realidade da apropriação do ciberespaço pelos movimentos sociais e organizações populares congêneres; e desafios aos movimentos sociais populares na era da internet.

## ASPECTOS DO DEBATE TEÓRICO ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE INTERNET E MOVIMENTOS SOCIAIS E SUA RELAÇÃO COM AS PRÁTICAS SOCIAIS

As visões subjacentes a qualquer discurso sobre o papel da internet na atualidade relacionam-se às percepções que se tem do poder da técnica e da tecnologia nas sociedades. Como demonstrou Rüdiger (2007), elas revelam

tendências *prometeicas* ou *fáusticas*<sup>2</sup>, ou seja, dos que têm visão triunfante da tecnologia como valor societário, fator de progresso e supremacia e, em outra perspectiva, aqueles que receiam o poderio das máquinas sobre as culturas e sobre o próprio ser humano, pois a técnica tenderia a se emancipar do homem<sup>3</sup>, dominando-o, apesar de ser desenvolvida por ele.

Uma vez relacionadas aos movimentos sociais populares, essas visões ajudam a explicar as posições contrastantes sobre a importância das tecnologias, mais precisamente, na roupagem atual das mídias e redes sociais digitais, tanto do ponto de vista conceitual quanto do interesse de apropriação das tecnologias pelos próprios movimentos. Barranquero (2012), referindo-se a Cornelius Castoriadis e a Daniel H. Cabrera, adverte que uma linha de visão das representações, afetos, desejos e imaginários remete a certos fetiches sobre a *técnica* e o *progresso* como *promessa* ou *destino inevitável*, como multiplicadores mágicos do conhecimento e a onipotência dos artefatos, um tipo de discurso presente desde o século XVII relacionado às tecnologias da época. Como se vê, essa visão se enquadra na perspectiva *prometeica* antes referida. Autores como Marshall McLuhan, Pierre Lévy, Manuel Castells, Michel Maffesoli e André Lemos, entre outros, representam bem essa perspectiva. No contraponto estão os críticos desse tipo de visão, discutindo os limites, as distorções e as consequências que certos ambientes tecnológicos contêm, entre eles, Jean Baudrillard, Lucien Sfez, Cornelius Castoriadis, Daniel H. Cabrera e Eugênio Trivinho.

Os discursos teóricos sobre as potencialidades e a importância da internet para os movimentos sociais, segundo Martin Hall (apud Barranquero, 2012: 380), oscilam entre a visão *realista* e/ou *pessimista* – que enfatiza as limitações de acesso às novas tecnologias (digital gaps) – e a *otimista* (sem ser *utópica*) e sua variante *utilitária* – que enaltecem seu potencial emancipador e admitem que os usos da internet dependem do tipo de apropriação social, o que leva a consequências positivas ou negativas, como qualquer tecnologia.

Na visão *otimista* observa-se certo exagero na celebração do potencial e do poder emancipador da tecnologia. Nela se enquadram perspectivas um tanto fantasiosas, de que as redes sociais on-line são a origem dos movimentos sociais e das manifestações públicas, como se esses comessem no Facebook e no Twitter. Como diz Barranquero (2012: 382), certas etiquetas como “Twitterrevolución” e “revolución Facebook”, disseminadas em títulos de matérias jornalísticas, em alusão ao movimento 15-M espanhol, por exemplo, depois são repercutidas na academia e “instauram a ideia de que as redes são a causa, o motor ou o determinante último dos protestos”<sup>4</sup>. Algo similar pode ser observado no Brasil, onde as mídias e redes sociais digitais têm sido apontadas como vetor do que caracterizam de *movimentos sociais*, porém, de fato, falam das grandes manifestações públicas

<sup>2</sup> Alusão aos mitos *Prometeu* (da mitologia grega, que remete à resistência, infalibilidade e benfeitoria à humanidade) e *Fausto* (da mitologia alemã, sobre a busca do conhecimento, prosperidade, poder e acesso ao infinito em troca de benefícios, mas se ultrapassar certos limites, virá o castigo).

<sup>3</sup> Entende-se homem e mulher.

<sup>4</sup> No original: “instaurando la idea de que las redes son la causa, motor o determinante último de las protestas”. Esta e demais traduções da autora.

<sup>5</sup>No original:  
“con denominaciones  
nuevas fenómenos con una  
profunda raigambre histórica”.

de junho de 2013, das manifestações e protestos contra e a favor do governo Dilma Rousseff e do processo de impeachment em 2015 e em 2016, e não dos movimentos sociais em si. Algumas abordagens são prematuras e de tendência sensacionalista, revestindo com “denominações novas fenômenos de profundo enraizamento histórico”<sup>5</sup> (Ibid.: 382), além de não levarem em conta as formas de organização dos movimentos sociais fora das mídias e redes sociais digitais.

Por outro lado, é pertinente fazer breve distinção entre manifestação pública ou protesto e *movimento social*. Enquanto os primeiros tendem a ser mais fluídos, ocasionais e momentâneos, os movimentos sociais específicos, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento Feminista e o Movimento Ecológico, se constituem em estruturas mais sólidas, em geral institucionalizadas e com ciclo de vida duradouro. Assim, quando se atribui às redes sociais digitais o poder de encher as avenidas e praças públicas, como nas *Jornadas de Junho de 2013* e, mais tarde, nos protestos de 2015 e 2016, de fato, a referência direta é às grandes manifestações públicas ou ao *movimento social* no sentido amplo.

O potencial da internet e das mídias e redes sociais digitais para articular as manifestações públicas nos últimos anos é real e de importância crescente, mas não se pode considerá-las como pioneiras ou únicas nesse tipo de mobilização. Grandes manifestações públicas ocorrem desde antes da existência de mídias e redes sociais digitais, e da própria internet, haja vista as rebeliões, marchas ou protestos históricos – por exemplo, o movimento *Diretas Já*, ocorrido no Brasil em 1984, quando ainda não existia internet –, que demonstram a efetividade de outras formas de comunicação para mobilizar e articular grandes manifestações públicas.

A visão *otimista* parece conter duas vertentes. Uma que toma a internet, principalmente após a Web 2.0, como território libertário, ágora da participação, a grande arena para os movimentos emancipatórios, o espaço da liberdade, da livre manifestação e palco da democracia – o que não deixa de ser real, mas essa visão tem a dificuldade de considerar os limites e as crescentes contradições, como as formas de negação da liberdade cívica e os controles existentes. É sintomático o surgimento de expressões como *espaço da autonomia* (Castells, 2012) e *inteligência coletiva* (Lévy, 1999), que são interessantes, mas não se aplicam a todas as situações. Ou seja, fazem sentido em contextos específicos, mas não servem a generalizações. A segunda vertente seria a *otimista* não *utópica*, a qual admite a importância e o poder das mídias e redes sociais digitais, mas sem imputar-lhes caráter fetichista. Nesse sentido, essa visão se aproxima da *utilitária*, que defende a apropriação dos espaços na internet, dos sites às mídias e das redes sociais on-line em todas as suas potencialidades, como forma

de marcar presença no mundo, dar visibilidade a posicionamentos políticos críticos e reivindicações, promover articulações, apropriar-se das facilidades comunicativas, além de proporcionar ou favorecer os relacionamentos sociais em diferentes escalas.

No âmbito da visão *realista* e/ou *pessimista*, apontam-se os limites do acesso, a desigualdade existente entre os segmentos da população que têm acesso à internet e os que não podem usufruir dessa tecnologia. Essa distância é verificada em várias regiões do mundo, entre os países e dentro deles, além da possível interferência negativa nos valores e identidades culturais. No fundo, as tendências especificam-se em algumas direções, entre elas está a que relativiza a importância da internet em decorrência de sua apropriação – discussão que aconteceu também em relação a outras tecnologias – e de sua potencialidade de contribuir para o empoderamento e o exercício da cidadania, dependendo, justamente, de visões de como são feitos os usos dela. Ou, ainda, às suas limitações, quando a abordagem é centrada apenas no vetor tecnológico (González, 2012), não se atentando para as condições mais gerais para a tomada de consciência e de direção dos usos sob formas coletivas emancipadoras de organização popular. Os programas de governo que enfatizam a distribuição de computadores e/ou promoção do acesso à internet em telecentros, além das apropriações individualistas, sem tomar a tecnologia como vetor de conhecimento, são alvos desse tipo de análise crítica.

Estudos iniciais ressaltaram limitações e consequências nocivas da exposição excessiva do ser humano à internet, como dependência psíquica, esvaziamento de relacionamentos pessoais e riscos à segurança pessoal. Com o passar o tempo, a internet passou a fazer parte da vida cotidiana, assim como qualquer outra tecnologia, e essas questões se esvaíram. Outras dificuldades se evidenciam, como apropriações espoliativas e controle e participação desqualificada nos espaços virtuais, tal qual no caso de postagem de informações e vídeos de conteúdo ignorante, difamatório ou falso, seja ou não por meio do anonimato (perfis falsos). Há ainda quem estude os antagonismos da Web 2.0 como ameaças aos valores, à criatividade e à economia (Keen, 2009), uma vez que facilita a pirataria e o plágio e a celebração do amadorismo.

Não se trata de classificar essas visões como equivocadas ou pertinentes, mas de observar as múltiplas faces e as profundas mudanças que esses processos histórico-sociais contêm. A internet também encerra riscos de oprimir, ao ser apropriada para processos de pseudolibertação, mas essa situação não é específica do ambiente digital. As opressões estão por toda parte e, na esfera física, se concretizam de forma igual ou mais cruel. Aliás, esses dois mundos não se distinguem muito bem, pois para as pessoas já conectadas, eles passam a fazer parte da mesma dinâmica.

As configurações causadas pelo acelerado desenvolvimento tecnológico, que tanto impactam a vida nas sociedades, são mais bem compreendidas se tomadas no contexto dos mecanismos do capitalismo internacional, que de *livre iniciativa* se avoluma, de fato, em oligopólios, controladores dos fluxos de serviços, mercadorias e dados dos usuários das plataformas digitais.

No universo da economia, o poder do capital financeiro internacional em controlar os fluxos de capital e concentrar propriedades e negócios em poucos grandes grupos econômicos transnacionais no ciberespaço, também gera outros tipos de contradição. Por um lado, o mercado se oligopoliza e/ou monopoliza, privatizando criações inicialmente despretensiosas e libertárias – as startups, propícias ao livre acesso e ao compartilhamento. Alguns exemplos são a compra do YouTube e do Waze pelo Google; o Yahoo, que comprou (e estragou<sup>6</sup>) o GeoCities (precursor das redes sociais on-line) e o Flickr (sítio de compartilhamento de fotos); e o Facebook, que comprou o WhatsApp e o Instagram. Por outro lado, essas empresas prejudicam a concorrência ao dominar os mercados, além de invadirem a privacidade dos usuários, ao utilizarem seus dados para fins mercadológicos e políticos. A empresa Google, por exemplo, é alvo de processos na justiça europeia por quebrar regras de concorrência<sup>7</sup> e por violar os direitos de privacidade dos usuários<sup>8</sup>. A empresa Facebook, que vende amostras de dados de usuários de determinados perfis para fins comerciais, também está envolvida no escândalo da Cambridge Analytica<sup>9</sup>, que comprou dados psicométricos de seus usuários norte-americanos, colocando-os a serviço da campanha presidencial de Donald Trump, além de processo semelhante no caso da saída do Reino Unido da União Europeia.

Em síntese, os antagonismos existentes são muitos, mas numa visão realista – sem ser pessimista –, há que se reconhecer a existência de vantagens e desvantagens e de avanços fantásticos no tocante a tudo – da comunicação entre pessoas, acesso a serviços de informação pública, acesso ao conhecimento, formação de comunidades e redes, realização de negócios (também por pequenos empreendedores) – que ela favorece, mesmo havendo contradições que resultam em retrocesso, como as apontadas anteriormente, e outras que serão discutidas no decorrer deste texto.

Visões, como as já discutidas, refletem-se em análises das grandes manifestações públicas ocorridas no mundo. Há controvérsias, pois além de concepções realistas, existem as otimistas, tanto aquelas coerentes à realidade do fenômeno quanto outras um tanto quiméricas e com doses exageradas de imaginação. Nesse sentido, há tendência a criar um imaginário que simplifica o fenômeno ou superdimensiona o papel das novas tecnologias, como se não houvesse vida fora da conexão on-line a todos os movimentos sociais<sup>10</sup>. Na visão utópica há

<sup>6</sup> Ver: <<https://goo.gl/YDFYGs>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

<sup>7</sup> Ver: <<https://goo.gl/W2MQM9>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

<sup>8</sup> Ver: <<https://goo.gl/ECaSwP>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

<sup>9</sup> Ver: <<https://goo.gl/7sZ7EP>> e <<https://goo.gl/dqVrLb>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

<sup>10</sup> Há que se considerar o acesso, que ainda não é universal, as dificuldades de manuseio (até pela questão educacional, geracional ou de aptidão) e o fato que nem todos os movimentos sociais têm atuação marcante das redes sociais digitais, em decorrência de suas características, a exemplo dos movimentos de moradores de rua, dos trabalhadores rurais e das prostitutas.



certa celebração acrítica de instrumentos técnicos em si, como “portadores de história, interesses de classe ou determinações políticas e geoestratégicas”<sup>11</sup> (Mattelart apud Barranquero, 2012: 381).

<sup>11</sup>No original: “son portadores de historia, intereses de clase o determinaciones políticas y geo-estratégicas”.

Quanto às controvérsias, a primeira é sobre a atribuição da ocorrência das grandes manifestações públicas (e chamadas de movimentos sociais) às mídias e redes sociais digitais, em poucas palavras, ao poder da tecnologia. Trata-se de questão polêmica, pois, ao parecer verdadeira, também desconsidera outros fatores que contribuem para sua emergência. Conforme conceituação anteriormente explicitada, celebra-se a convicção de que as “novas tecnologias” seriam “causa ou motor determinante”<sup>12</sup> (Barranquero, 2012) do surgimento e realização do *movimento social*. Entretanto, as causas vêm de outro lugar: das contradições escancaradas na realidade, das insatisfações, contraposições e conflitos de classe e de outros interesses em jogo. As mídias e redes sociais digitais são ambientes de interação e articulação e contribuem na mobilização, mas não são a causa determinante da origem de movimentos sociais e de grandes manifestações públicas.

<sup>12</sup>No original: “causa o motor determinante”.

A identificação dessa controvérsia não quer dizer que não reconheço nas novas tecnologias fator importante de mobilização. A crítica é posta às visões ufanistas e parciais sobre o seu papel. A importância das mídias e redes sociais digitais, dos dispositivos móveis e dos aplicativos enquanto ambiente de difusão, interação, articulação e demais aspectos que lhes são inerentes é indiscutível. A título de exemplo, é o que se pode observar no movimento de ocupação das escolas pelos estudantes secundaristas. O perfil no Facebook foi importante espaço de comunicação com a sociedade, com as famílias e com outras escolas ocupadas, mas a dinâmica presencial foi o cerne do movimento.

Os canais antes referidos caracterizam-se como espaço de relações, difusão de conteúdo, arena de discussão, confronto de identidades, interesses e visões de mundo e estão imersos num contexto tecnológico que propicia simultaneidade e facilidade comunicativa, cabendo salientar:

- a. Eles têm o poder de multiplicar os compartilhamentos e gerar o efeito viral, ou seja, amplificam a difusão de postagens e potencializam o número de visualizações, seguidores, acessos, comentários, downloads, compartilhamentos e curtidas, dando cara nova à noção de *audiência*. No entanto, também existe o inconveniente de o conteúdo viralizado ser manipulado artificialmente (aumentada, acelerada), por meio de robôs e outros mecanismos de replicação. A base de avaliação de blogs, postagens nas redes digitais ou a presença nas redes é justamente a repercussão por meio desses mecanismos de reação



do usuário, assim, quando o cenário não é visto em sua complexidade, pode gerar conclusões parciais. Há que se considerar esses outros fatores que interferem no processo, como já foi dito, aliados a perfis falsos e gestos fantasiosos (pode-se *seguir* alguém ou curtir uma postagem, apenas na ação de clicar, sem verificar o conteúdo), além dos direcionamentos condicionados pelos algoritmos, ou seja, pelas máquinas.

- b. Existem as redes sociais digitais *mais* as físicas e presenciais. Há muitos tipos de redes sociais anteriores, simultâneas e posteriores às redes digitais. E, em geral, há momentos em que o presencial e outros aspectos a ele relacionados são necessários ao processo de mobilização e à própria ação no ciberespaço. A organização de movimentos sociais e de manifestações públicas ou protestos ultrapassa o espaço virtual. Nos movimentos sociais mais bem estruturados, sempre existem as redes físicas ou presenciais, anteriores à formação de redes ou comunidades virtuais na internet. Na Espanha, por exemplo, aconteceram importantes reuniões e assembleias prévias para organizar a mundialmente conhecida manifestação deflagrada em 2011, o 15-M (quinze de maio), dita dos *indignados*, que tinha como foco a luta por moradia. A mobilização seguiu com atividades por bairros e regiões após a grande manifestação pública do dia que deu o nome ao movimento. No Brasil, um caso expressivo sobre o papel das redes sociais digitais, já bastante estudado, é o ocorrido nas manifestações de junho de 2013, como brevemente apontado antes, que inauguraram uma série de protestos que se seguiram até o segundo semestre do mesmo ano. Essa experiência, ao contrário de visões de um primeiro momento, externadas pela imprensa e intelectuais, durante eventos em universidades, não surgiu na internet. A motivação inicial foi desencadeada pelo Movimento Passe Livre (MPL) na luta contra o aumento do preço das passagens de ônibus e metrô em São Paulo, embora as mídias e redes sociais digitais tenham, num segundo momento, canalizado fluxos de insatisfação e mobilização. Ao MPL somou-se a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa<sup>13</sup>, existentes em doze cidades do país (o primeiro surgiu no Rio de Janeiro, em 2007), num processo de mobilização contra a imposição de reformas ou construção de estádios, que resultaram na violação de direitos sociais e em deslocamentos de segmentos da população para preparar as cidades para a Copa do Mundo de 2014. Documentos da

<sup>13</sup>Dos comitês participaram representantes do Movimento Sem Teto, movimento negro, movimentos de mulheres etc.

O tipo de construção civil demandada para a edificação dos estádios provocou problemas relacionados à criança e adolescente devido ao favorecimento à prostituição, inclusive, infantil, deslocou pessoas de suas casas, prejudicou o uso de espaço público de consumo coletivo e assim por diante.

época registram as bandeiras levantadas contra a Federação Internacional de Futebol (Fifa) e a aplicação de recursos públicos na reforma e construção de estádios. A Copa das Confederações, que antecedeu a Copa do Mundo de Futebol, foi alvo de grandes protestos decorrentes desses mesmos motivos. Outros movimentos sociais, como Periferia Ativa Zona Sul, de São Paulo, movimentos de mulheres, de professores etc., também se fizeram presentes nos momentos subsequentes a junho de 2013, principalmente em regiões específicas. Porém, simultaneamente às grandes manifestações de rua de 2013, os movimentos sociais específicos, ao se encontrarem em praças públicas, diluíram suas marcas, constituindo uma amplitude de bandeiras e generalizando os protestos, cujas forças políticas foram de difícil identificação.

Enfim, explico todo esse contexto para poder deixar claro que há sempre algo – uma práxis organizativa – no nível físico antes, durante e após as grandes manifestações, o que quer dizer que até as grandes manifestações públicas requerem também ações presenciais, mesmo que seja apenas em nível de lideranças. Portanto, nem tudo surge e/ou se realiza só na internet. O MPL fez suas reuniões internas face a face e se reuniu em assembleia numa universidade, durante o auge das grandes manifestações públicas de junho de 2013, para discutir os rumos a seguir, num momento em que a situação se tornava delicada por causa da participação intensa dos *Black Blocs*. O MPL surgiu oito anos antes de aparecer como protagonista inicial das grandes manifestações públicas de junho de 2013 e teve importantes lutas em anos anteriores, em diferentes cidades do país, contra o aumento do preço das passagens e a favor da tarifa zero.

Os estudos de Manuel Castells (2012: 212-213) já demonstraram tais aspectos em análises das manifestações públicas na Europa no início deste século, chamando atenção para o fato de que “o uso da internet e das redes de comunicação móveis (celulares) é fundamental, mas a forma de conexão é multimodal”, pois inclui a) redes on-line e off-line, e b) redes sociais já existentes e outras formadas durante a ação do movimento.

A segunda controvérsia diz respeito ao sentido libertário atribuído à internet, principalmente às mídias e redes sociais digitais, e os fundamentos desse tipo de visão já foram explicitados quando foi falado da perspectiva *prometeica*. Sim, é libertária, mas o que é liberdade? Não resta dúvida que a internet é de suma importância às pessoas, aos movimentos sociais específicos e às grandes manifestações públicas e protestos. Ela é arena de liberdade de comunicar, de compartilhar conteúdos e de participação civil (quando expressa reivindicações e lutas pelos direitos de cidadania, por exemplo, melhoria do sistema de saúde)

e participação cívica (quando os sentidos das lutas sociais se deslocam do foco individual para o coletivo, priorizando o bem comum). É o caso das lutas pela preservação da democracia e dos interesses na nação. Por essa razão, embora a internet seja concebida como um manancial de liberdade e essa visão teórica seja amplamente disseminada, existe uma polêmica, pois, ao mesmo tempo em que a liberdade de expressão nas mídias e redes sociais digitais, nos dispositivos móveis e aplicativos é real, ela também está implicada em manipulações e em liberdades vigiadas.

Assim sendo, começa a haver algum desencanto, pois a liberdade propiciada e tão decantada pela internet passa a ser monitorada, controlada, impedida ou usada de forma antiética<sup>14</sup>, anticívica<sup>15</sup> ou desprovida de competência<sup>16</sup>, além de desenvolver a privatização do que nasce e possui a vocação para ser público, como é o caso da própria internet e do conhecimento gerado ao seu redor. Há pelo menos três dimensões envolvidas nessa questão:

- a. Anticivismo. Quando os dispositivos tecnológicos são apropriados para difundir manifestações preconceituosas em relação a negros, pobres, homossexuais, imigrantes, pessoas com deficiência, mulheres, idosos etc., para explorar crianças e adolescentes e para difamar causas de interesse público, eles incorporam a opressão e a afronta aos direitos de cidadania e ao espírito civilizatório. Portanto, é discutível o sentido com que se opera essa liberdade individual, não se tratando de um problema da tecnologia, mas sim dos atores sociais que a manejam. Do mesmo modo, as ideias conservadoras (volta do militarismo, negação de liberdade na educação etc.), presentes em protestos de rua em São Paulo e em outros estados, apoiando os períodos anteriores e posteriores ao processo de impeachment de Dilma Rousseff, refletem a falta de civilidade. A nação brasileira já disse *não* à ditadura instaurada em 1964. As manifestações recentes em favor à violação da normalidade da ordem democrática são reflexos de opiniões mobilizadas de segmentos minoritários da população. Também, não se trata de um fenômeno restrito às mídias e redes digitais ou aos protestos de rua. Esse tipo de posicionamento político está em diferentes grupos sociais, tem raízes na cultura, e transcende os relacionamentos sociais na internet.
- b. Privatização. Cada vez mais se privatizam – estabelecem controle em forma de propriedade privada – ambientes tecnológicos que, em sua origem, tinham acesso público, gratuito, aberto e universal. A instituição da propriedade privada sobre espaços e descobertas tecnoló-

<sup>14</sup>Entre as formas antiéticas estão postar informações e comentários falsos, racistas e homofóbicos, de foro íntimo ou tendencioso; criar perfis falsos para ultrajar a imagem de adversários; julgar antecipadamente aspectos políticos e ideológicos de pessoas; comprar serviços de alguém para criar perfis falsos, robotizando a viralização de posts ou visualizações; postar comentários maldosos de personagens da política; falar bem de políticos ou de empresas, produtos; e assim por diante. Um exemplo é a contratação de *youtuber* pelo governo Temer para difundir comentários elogiosos à reforma do ensino. Disponível em: <<https://goo.gl/Jsa5J3>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

<sup>15</sup>Refiro-me ao caráter anticívico de posicionamentos que violam direitos da pessoa e os interesses da coletividade e da Nação. Não importa que nessa perspectiva alguns tipos de postagem sejam feitos por indivíduos, até já tachados de imbecis ou idiotas, palavras fortes que não traduzem o que de fato representam: a falta de civilidade e de respeito aos interesses máximos da pessoa enquanto espécie humana e das nações uma vez a caminho de uma civilização regida pela igualdade.

<sup>16</sup>Ver a indignação de Umberto Eco, que chega a qualificar de imbecis alguns internautas. Disponível em: <<https://goo.gl/7mpRiK>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

gicas em hardwares e softwares, a venda de bens e serviços inerentes à internet e a cobrança pelo acesso a jornais e artigos científicos (até aqueles gerados a partir de financiamentos públicos) etc. altera a lógica da gratuidade, estabelecendo a lógica do lucro, apropriado individualmente, e do mercado capitalista. A compra de iniciativas tecnológicas inovadoras pelas empresas Google, Facebook e Yahoo, entre outras, e as operações por ações desencadeadas, comentadas no início do texto e a seguir, exemplificam, em parte, essa questão.

- c. Controle. É verdade que todos com acesso à internet podem se tornar emissores e receptores ao mesmo tempo. Antes, as possibilidades de acessar conteúdos noticiosos, históricos, artísticos, e assim por diante, bem como de participar como sujeito na emissão de conteúdos próprios e/ou reproduzidos de terceiros, trocar ideias e compartilhar dados em tempo real, estiveram tão acessíveis. No entanto, nunca fomos tão vigiados e controlados, tanto do ponto de vista político e ideológico quanto pessoal.

Ao criar um perfil de usuário no Facebook e em outros sites de mídias sociais e navegar pela internet, todas as ações nas mídias e redes sociais digitais ficam registradas. De modo crescente, desenvolvem-se sistemas de controle jamais vistos. Do ponto de vista da segurança institucional, a possibilidade de vigilância dos cidadãos e cidadãs ficou mais ampla e fácil. Do ponto de vista empresarial, além do controle e apropriação dos perfis psicográficos, a privacidade é invadida com mensagens persuasivas, direcionadas a partir dos *movimentos* do usuário, cujo perfil é demarcado pelo Google, entre outros, com base no algoritmo. Não se tem o direito de abrir horizontes sobre determinado tema ao buscar livros ou artigos, por exemplo, pois o que vem como resultado da busca foi selecionado pela empresa, que oferece o sistema *gratuito* de busca, mas está interessada nos dados do usuário. Algo semelhante ocorre no Facebook, que seleciona o conteúdo que o usuário vai receber, a partir de curtidas anteriores, supostamente, de maior identificação com o usuário. O passo seguinte é a invasão de anúncios publicitários de produtos e serviços que acedem ao espaço do endereço eletrônico e às páginas noticiosas on-line acessadas – uma reportagem, por exemplo. Os anúncios são direcionados a partir de buscas anteriores ou do perfil, identificados por algoritmos. Se procuro modelos de uma cadeira para sala de jantar, não param de me direcionar ofertas desse tipo de produto. Se busco passagem aérea para algum lugar, querem que eu continue viajando para o mesmo lugar um par de dias.

Todos esses tipos de assédio tornaram-se possíveis com o desenvolvimento de ferramentas de Big Data baseadas no algoritmo. O Google AdWords é uma ferramenta que faz publicidade direcionando anúncios ao internauta, justamente, a partir de um sistema que identifica as palavras digitadas em suas buscas. Cria-se assim segmentos de públicos que vendem para as empresas anunciantes. Existe também o Facebook Ads, que identifica e classifica os usuários em perfis de consumo, formando grupos (*clusters*) – segundo faixa etária, sexo, traços pessoais –, que são disponibilizados aos anunciantes dentro do próprio sistema para os anúncios. De forma semelhante atuam o GPS dos smartphones e os IPs de computadores, que identificam o público potencial, impactando-o com o anúncio de algum produto no momento em que se aproxima fisicamente do ponto de venda. Outro exemplo é o da gigante livraria *Amazon*, que desenvolveu o *Amazon anticipatory shipping*, que permite ao consumidor receber a encomenda minutos depois de tê-la comprado numa loja virtual. Com base no algoritmo, classifica-se o histórico de produtos pesquisados e do carrinho de compra e processa-se o envio do produto para o centro de distribuição físico mais próximo do cliente, mesmo antes que ele concretize a compra pela internet, permitindo a entrega rápida, assim que a compra é finalizada.

Como se pode observar, essas são grandes empresas transnacionais, que cito como exemplo de corporações que cada vez se aperfeiçoam mais no controle de dados dos usuários, os quais acabam cedendo suas informações, em geral sem saber, por conta do encantamento e facilidades proporcionadas pelas tecnologias atuais. Esses dados são fonte de receita e são negociados (manipulados em pesquisas e vendidos a anunciantes e a empresas de marketing comercial ou eleitoral, por exemplo) por essas corporações do mundo virtual em suas transações econômicas.

Somados ao componente antes mencionado, quando falei da privatização da internet e de algumas das descobertas científicas a ela relacionadas – que nascem com a vocação para ao acesso aberto –, os ganhos sobre as ações dos usuários e a apropriação privada dos dados pessoais e de grupos sociais deveriam, no mínimo, ser transparentes e compensados financeiramente – se é que deversem ser armazenados –, a partir de seu uso e segundo percentuais sobre os cliques de visualização e sobre os lucros, por exemplo.

Nesse contexto, diante da alta tecnologização da produção e dos serviços em todos os setores econômicos da sociedade, da apropriação privada do conhecimento das tecnologias da informação e comunicação, dos dados dos usuários da internet e de suas criações, há que se encontrar formas de ressarcir a sociedade por toda essa riqueza gerada coletivamente. Um mecanismo poderia

ser a obrigatoriedade de as empresas destinarem recursos (percentual sobre os lucros) para um fundo público de *renda básica universal*. Se as condições de emprego e de trabalho são reduzidas, fazendo crescer os contingentes de empobrecidos, o desenvolvimento tecnológico que contribui para acarretar essas contradições também aponta para a necessidade de encontrar saídas à situação de desigualdade no mundo.

A ideia de garantia de renda básica a todos é tema de “pensadores há mais de quinhentos anos e voltou a ecoar agora, dada a preocupação com a erosão dos padrões de vida, com a concentração de riqueza e com possível desemprego em massa devido a mudanças tecnológicas” (Thornhill, 2017: A.14). Mas, até o fundador do Facebook, Mark Zuckerberg, admitiu essa ideia ao discursar numa formatura da Universidade de Harvard, Estados Unidos, em julho de 2017, defendendo a renda básica universal e dizendo: “chegou a hora de nossa geração definir um novo contrato social. Deveríamos explorar ideias como a da renda básica universal para garantir que todos tenham segurança para testar novas ideias” (Em Harvard..., 2017).

A destinação de percentual sobre os lucros a um fundo de renda básica universal por parte das grandes empresas, a exemplo de Google e Facebook e todas aquelas que se beneficiam das descobertas do Vale do Silício, ainda poderá ser objeto de política de Estado. Mas, como diz Thornhill (2017: A.14), “parece justo que o Facebook faça uma contribuição maior, por lucrar tanto com esse recurso tão valioso e gerado coletivamente [...]. Os usuários continuariam a trocar fotos de gatos, mas sabendo que cada clique contribui para um bem social maior”, mesmo que os acionistas odiassem a ideia.

Terceira controvérsia: manifestação pública sem líder, pois os manifestantes se autoconvocariam. Em primeiro lugar, é claro que as manifestações e protestos de ampla magnitude são livres e que existe um processo dialético de interação e mobilização horizontalizado e não controlável nas redes sociais digitais, Facebook, Twitter, WhatsApp etc., até como decorrência dos mecanismos já comentados. Mas, sabe-se da existência de perfis falsos e de robôs manipulados a serviço de determinados grupos – mentores e interessados em determinados desdobramentos –, além de haver a chamada inicial de algum movimento social, entidade, grupo político, ou a ocorrência de algum acontecimento que motiva a aglutinação de pessoas, e que passa a ser capitaneada por grupos. Desse modo, há distinções entre os processos de convocação e mobilização em favor das grandes manifestações públicas, daqueles desencadeados e materializados nos espaços públicos concretos. Nesse segundo aspecto, a situação e os acontecimentos do momento estão associados ao *efeito multidão* (influência recíproca conforme o calor do



momento) no contexto da ação direta e dispersa. De qualquer modo, em ambos os processos há as influências, tanto dos relacionamentos na web e redes de WhatsApp quanto dos conteúdos veiculados pelos grandes meios de comunicação convencionais.

Quanto ao ponto de partida, a convocação, ele tende a se tornar difuso ao ser confrontado no espaço público, o que pode extrair o controle de seus idealizadores ou precursores, tornando-se imprevisível. O MPL, apesar de ter iniciado a convocação das manifestações em ruas e praças públicas em junho de 2013, perdeu seu controle no decorrer do processo. O Movimento Brasil Livre (MBL)<sup>17</sup> e outros atores, como o Vem pra Rua, estiveram à frente da convocação dos protestos de 2015 e 2016, apoiando o impeachment da presidenta eleita. Por outro lado, a Frente Povo sem Medo<sup>18</sup> – que agrega cerca de trinta organizações – e a Frente Brasil Popular<sup>19</sup> – composta por cerca de oitenta movimentos sociais e entidades – convocaram protestos a favor da ordem democrática e contra a deposição de Dilma Rousseff.

Enfim, essas nuances indicam ser um tanto temeroso considerar “as tecnologias digitais como fator determinante da existência”<sup>20</sup> (Barranquero, 2012: 381) dos *movimentos sociais*, embora, do meu ponto de vista, desempenhem papel central na convocação, interação e mobilização para as grandes *manifestações*, *passeatas* ou *protestos públicos*, tais como 15-M (Espanha), Primavera Árabe, Occupy Wall Street (Estados Unidos), Occupy London (Inglaterra), #YoSoy132 (México), Jornadas de junho de 2013, e demais manifestações públicas de 2015 e 2016 no Brasil, entre outros. Especialmente as mídias e redes on-line, as redes no WhatsApp e outros aplicativos são importantes para difundir informações e para debater e, como canais de mobilização, para ocupar as ruas e assembleias. Essas ferramentas representam um fator de horizontalidade na comunicação entre as pessoas (interação, interatividade, persuasão), instantânea e universal. Outras tecnologias tiveram e têm sua importância, mas o potencial da internet é incomparável. Um exemplo é o Fórum Social Mundial – evento de magnitude internacional que acontece fisicamente em diferentes países –, que também se tornou tão expressivo devido ao fator comunicativo possibilitado pela internet, o que não quer dizer que ela seja a razão de sua existência e das demais manifestações de alto teor mobilizatório. A razão é anterior e está assentada em causas estruturais, que geram insatisfação e provocam a organização social para enfrentá-las. Se não houvesse a internet, outras formas de interação seriam usadas, como inúmeras manifestações de grande vulto já demonstraram em outras épocas.

Cabe ainda salientar que as grandes manifestações públicas, caminhadas, passeatas e protestos só se materializam no espaço, urbano ou rural, concreto.

<sup>17</sup> Entidade criada em 2014 e liderada, entre outros, por Renan Antônio Ferreira dos Santos e Fernando Holiday, eleito vereador em 2016 pelo Democratas (DEM), em São Paulo. Sobre o perfil de Renan, ver: <<https://goo.gl/5AzErj>> e <<https://goo.gl/25zmfG>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

<sup>18</sup> Ver: <<https://goo.gl/vJnZpo>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

<sup>19</sup> Ver: <<https://goo.gl/5jUoWV>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

<sup>20</sup> No original: “las tecnologías digitales como factor determinante de la existencia”.



O movimento de pessoas e ideias se faz de interações entre os espaços de fluxos de internet, das redes de comunicação e da presença nos lugares públicos e edifícios simbólicos ocupados (Castells, 2012).

Em complemento, há que se considerar que movimentos sociais, manifestações públicas, comunidades virtuais e redes sociais digitais não são espaços intocáveis. Por um lado, as mídias convencionais penetram com suas versões e visões, ajudando a formar opiniões e a mobilizar quem participa e quem não participa desses fóruns. Elas informam, mostram as aglomerações, indicam os lugares e moldam as reportagens segundo percepções de fora, visões de classe e da própria política editorial. Tendem a desqualificar as manifestações *sem tendência política definida* (junho de 2013) e de esquerda (manifestações pró-Dilma, em 2015 e 2016). Aquelas de tendências conservadoras, a favor do impeachment da presidenta eleita pelo voto popular, foram enaltecidas pela grande mídia brasileira. Em qualquer situação de descontrole, imediatamente aparecem jargões como *baderneiros*, *vândalos*, *grupelho* e assim por diante, para desqualificar a manifestação. As origens e as razões das manifestações, ou não são tratadas, ou são tratadas superficialmente. Busca-se o inusitado e o trágico, pois a cobertura jornalística da grande imprensa está impregnada do sensacionalismo. Se não fossem as mídias alternativas e as redes on-line no Facebook, Twitter, Instagram, no WhatsApp etc. não saberíamos de muitas das facetas reais dessas manifestações públicas, diante da edição tendenciosa, tão comum das mídias de massa. Todos os meios de comunicação editam – cortam, recortam, dão significados –, eis um bom motivo para que haja diversidade deles, inclusive das mídias alternativas. Essa é uma das razões das lutas pela democratização da comunicação e liberdade de expressão. Só a amplitude de canais de comunicação e de emissores pode ajudar na circulação diversificada de informações e dar conta das várias dimensões que as grandes manifestações públicas contêm.

Por outro lado, os meios pessoais, como celulares e smartphones, filmando, fotografando e postando nas redes, acrescidos da atuação tecnicamente mais qualificada das mídias alternativas, também interferem nas motivações e visões sobre os fatos, possibilitando a visão de conjunto e o conhecimento de acontecimentos e de suas versões, que não aparecem nos grandes meios de comunicação convencionais. Além do interesse em identificar os aspectos desprezados ou manipulados negativamente pela grande imprensa, há o fator de inserção, que qualifica melhor as coberturas noticiosas. Os protagonistas desses conteúdos estão inseridos, participando, vendo o que ocorre desde dentro, e não apenas *cobrando*, a fim de dar conta de uma *pauta*, como ocorre com os jornalistas profissionais.

## POSSIBILIDADES E REALIDADE DA APROPRIAÇÃO DO CIBERESPAÇO PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES POPULARES CONGÊNERES

Tendo por base as potencialidades já mencionadas e discutidas, não há como desconsiderar que os espaços cidadãos criados na internet sejam importantes fóruns, vitrinas e lugares de participação, mesmo com os antagonismos e distorções. Não existe unanimidade direcional, e sim, *espaços cidadãos* de diferentes matizes. A sociedade é assim, turva, contraditória, multifacetária e permeada de conflitos ideológicos e políticos.

Em contraponto aos riscos da participação individualizada tão decantada (e importante), mas que tende a exercer a *liberdade* entendida como total autonomia do indivíduo, o que justifica até as posições anticívicas (ofensa a pessoas, violação de direitos de outrem, discriminação, posições políticas equivocadas, notícias falsas etc.), coletivos comunitaristas, organizações não governamentais, movimentos sociais populares, comunidades virtuais, mídias alternativas e algumas redes on-line, entre outros atores, externam na internet o espírito cívico que os move. Como lembram alguns autores, o ciberespaço e as redes on-line são espaço de participação e de modos de relacionamento (Frey, 2003). Transcendem o presencial. Eliminam fronteiras e distâncias (Scherer-Warren, 2005). Contribuem para assentar marcos comuns de significados e sentimento de pertença e identidades coletivas; são fundamentais no chamamento à mobilização; a *campanha*, mesmo sem estar totalmente autogerada, o convocante perde o controle sobre ela em razão da interação associada à ação direta e à copresença; a filosofia das redes serve de fonte de inspiração a formas de organização mais horizontalizadas dos próprios movimentos sociais; servem como novas possibilidades informativas para os novos movimentos sociais (Barranquero, 2012). A esses aspectos, cabe acrescentar que o ciberespaço e as redes on-line ajudam na visibilidade pública. Servem de base de documentação. Favorecem a comunicação *dentro* do movimento social popular, ao favorecerem a interação e o debate e ao formarem comunidades virtuais. Também ajudam a qualificar a comunicação do movimento para *fora* (perante a sociedade) ao darem-se a conhecer e se posicionarem publicamente. Possibilitam a realização do que fazer comunicativo, com investimento menos custoso de recursos financeiros. Favorecem ainda a comunicação do movimento social com seus simpatizantes (seguidores<sup>21</sup>), bem como a ampliação de relacionamentos internacionais e transnacionais. Enfim, as redes sociais digitais são, hoje em dia, importantes fóruns para a mobilização, articulação, troca de conhecimento, compartilhamento de conteúdo e coordenação de ações, o cerne da expressão comunicativa.

<sup>21</sup> Embora o seguidor nem sempre seja simpatizante.

Pode ser um observador, um *detetive* infiltrado, ou o clique *seguir* pode significar não mais que uma unidade na contagem do número de seguidores, ou seja, a pessoa adere, mas não acompanha, de fato, aquele blog ou perfil. Ou até acompanha, mas não necessariamente para curtir e, sim, para bisbilhotar a vida do outro ou espionar o adversário.

Contudo, o tipo de presença na internet, e se esta é mais ou menos efetiva, faz parte da estratégia dos movimentos sociais específicos consolidados, por exemplo o Movimento dos Atingidos por Barragens. Nem sempre lhes convém externar todas as decisões e táticas, por questões de segurança e de foco de atuação (depende do tipo de destinatário de suas ações) e até para evitar estigmatizações.

No contexto proporcionado pelo ciberespaço, ampliaram-se muito as possibilidades à comunicação popular, comunitária e alternativa, uma vez concebida como essência da comunicação dos movimentos sociais populares, ou seja, dos segmentos subalternizados organizados da população. Ela se renovou em sua linguagem, formato, importância e alcance. Passa por um processo intrínseco de reelaboração, incluindo o empoderamento das tecnologias de informação e comunicação a seu alcance.

Ainda é tímida a presença na internet – no sentido do uso pleno dos recursos de hipertexto, canais de interatividade, atualização, navegabilidade facilitada e instantaneidade dialogal – dos movimentos sociais populares, aqui entendidos como formas de organização da sociedade civil, constituídas autonomamente e de modo horizontal, com a finalidade de somar forças, conscientizar e lutar por direitos de segmentos da população. No entanto, é crescente o empoderamento – apropriação com consciência e poder de direção autônoma – de sítios, páginas, blogs, plataformas colaborativas, perfis nos sites de mídias e redes digitais, criação de WebTVs, canais do YouTube e de rádio on-line, criação de redes no WhatsApp e assim por diante, estabelecendo processos comunicativos no ciberespaço para os propósitos dos movimentos e coletivos cívicos. Perfis são criados, comunidades virtuais e redes sociais se formam desde coletivos, associações e movimentos comunitários, listas de e-mail e redes no WhatsApp proliferam, treinamentos para lideranças e militantes são ministrados, pois há a preocupação de ajudar na criação de páginas na Web, de transformar documento de texto em HTML, o uso apropriado do Twitter e Facebook, e assim por diante.

Um estudo do *Observatório de Favelas* do Rio de Janeiro (Braga; Ansel; Moisés, 2014: 11, 19, 20, 24) mapeou 118 iniciativas de mídias alternativas, populares e comunitárias na região metropolitana do Rio de Janeiro, entre 2013 e 2014, das quais, setenta responderam a um questionário, permitindo traçar algumas de suas características. Em 2011, havia a distribuição equilibrada entre as diferentes mídias operadas pelos setenta respondentes, ou seja, 23 blogs, dezoito pequenos jornais, doze rádios e dez sites. Os meios digitais representavam 55% do total, contra 45% de mídia impressa, rádio e audiovisuais. Já em 2014, a proporção dos meios digitais foi de 74%. Incluíram a WebTV, a WebRadio, redes on-line, e houve ainda o aumento de blogs e sites. Em 2011, apenas 15%

tinham também meios digitais, além dos principais (jornal, rádio...), em 2014, o percentual subiu para 81%.

São iniciativas de grupos, coletivos, associações e movimentos sociais populares que conjugam atividades socio comunitárias concretas, com a passagem ou presença na internet. A atuação e a importância dessa presença dependem de cada realidade concreta. Para o movimento social dos agricultores familiares do Polo Sindical da Borborema, no estado da Paraíba – bem como para o assentamento de famílias de agricultores ligadas ao MST, para a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória, no Paraná, e para o movimento comunitário de Heliópolis, articulado a partir da União de Núcleos, Associações e Sociedade de Moradores de *Heliópolis e Região*, na capital de São Paulo –, a comunicação humana dialógica e presencial ainda é o carro-chefe dos processos de articulação, organização e ação coordenada. Há lugares em que o alto-falante ainda é o canal de comunicação mais viável e importante, enquanto em outros, a emissora de rádio comunitária mostra-se mais adequada. Embora haja casos em que uma rede no Twitter ou perfil no Facebook, Instagram etc. viabilizam-se como mídias alternativas. Até as comunicações pelas redes de WhatsApp substituem os telefonemas e potencializam a simultaneidade na troca de mensagens por texto e voz, favorecendo o compartilhamento de conteúdo e a comunicação comunitária e alternativa.

Desse modo, o empoderamento – *empowerment*, em inglês, usado no sentido de *dar poder* e, em geral, presente nos programas de apoio ao desenvolvimento comunitário – se translada para o empoderamento de meios de comunicação e de ambientes do ciberespaço e é sempre uma questão estratégica que parte da noção de *apropriação*, com capacidades e finalidades próprias. Refiro-me a empoderamento no sentido proposto por Paulo Freire, ao discutir a emancipação a partir da capacidade de mudança das pessoas, em sua relação consciente e ativa com o mundo. Ou seja, da superação no sentido de *dar poder* a alguém, a indivíduos –, para a configuração de um invento coletivo do exercício de poder e com autonomia. Como Freire (1986: 138) diz,

A questão do *empowerment* da classe social envolve a questão de como a classe trabalhadora, através de suas próprias experiências, sua própria construção de cultura, se empenha na obtenção do poder político. Isto faz do *empowerment* muito mais do que um invento individual ou psicológico. Indica um processo político das classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação, um longo processo histórico de que a educação é uma frente de luta.

No âmbito dos movimentos sociais, não se trata de apropriação ou empoderamento em nível individual, mas da transformação que se dá segundo as

necessidades de se comunicarem e de estar a serviço do *quefazer* coletivo. Essa é razão de se poder dizer que o tipo de apropriação dos canais e a qualidade dos processos comunicacionais efetivados dependem das condições e circunstâncias, das finalidades e dos tipos de público com os quais as organizações comunitárias e movimentos populares se relacionam e para os quais direcionam seu trabalho. É importante reconhecer as diferenças e as diversas formas de estar na internet e as funções possíveis de se desempenhar.

Existem centenas de coletivos e de iniciativas correlatas, organizados em cada estado do Brasil e que priorizam meios de comunicação popular, comunitária e alternativa tradicionais e/ou o ciberativismo (dependendo das condições de acesso à banda larga) no seu modo de atuação, visando à emancipação cidadã de segmentos sociais em situação de vulnerabilidade. São, em geral, iniciativas em que a comunicação é apenas uma das frentes de trabalho socioeducativo, ou seja, é facilitadora de processos de câmbios sociais e desenvolvimento da cidadania.

Como já mencionamos, existem 118 coletivos só na região metropolitana do Rio de Janeiro. Na zona sul de São Paulo, fala-se na existência de uma centena deles. No caso do Rio, podemos citar, por exemplo, iniciativas como *Favela em Foco* (trabalha com filmes, vídeos e fotos como instrumento educativo), *Ocupa Alemão* (promove debates, manifestações, eventos culturais), *Cafuné na Laje* (produtora independente), *Onlaje* (Plataforma virtual da *Escola Popular de Comunicação Crítica do Observatório de Favelas*), entre muitas outras.

Em suma, para além da comunicação dialógica face a face, que sempre permeia os processos de comunicação e educação comunitária, também são criados meios tradicionais e sítios facilitadores da difusão da informação e/ou da comunicação, como: pequenos jornais, emissoras de rádio, sites, portais, blogs, comunidades virtuais, grupos e perfis nas mídias sociais como Facebook, Instagram, Twitter e YouTube e plataformas colaborativas. Também há produção de WebTV por celulares, que são postadas nas plataformas digitais, WebRadios, redes do WhatsApp, coberturas ao vivo de atividades e atuações de movimentos populares e posterior produção de documentários pelas mídias alternativas, a exemplo do *Mídia Ninja*<sup>22</sup> e *Jornalistas Livres*, e assim por diante.

Este texto enfatiza os canais e as formas de comunicação no âmbito dos movimentos sociais populares no trabalho emancipatório de caráter cívico-comunitarista. No entanto, existem outras formas de atuação cívica mais características dos meios alternativos de comunicação em ciberativismo. É o caso de produção e divulgação de visões alternativas de fatos, coberturas de temas não tratados pela grande imprensa, análises aprofundadas de questões políticas e econômicas e difusão de documentos sigilosos, como feito por *Global Voices*, *Revista Pillku*, *Media Leaks*, *Mídia Ninja*, coletivos em favelas e centenas de outras

<sup>22</sup> *Narrativa Independente, Jornalismo e Ação*, setor de comunicação do Coletivo Fora do Eixo.

experiências no mundo. Existem também as práticas de midiativismo adequadas aos protestos e aos escrachos característicos da mídia tática e do hackerativismo (*Anonymous* etc.). No conjunto, são iniciativas que ajudam a conformar um cenário de profundo envolvimento cidadão em causas humanitárias e cívicas.

Cabe ressaltar que os avanços não se esgotam em meios, canais, midiativismo e processos comunicativos diretos. Há também o desenvolvimento de tecnologias – aplicativos, plataformas, hardware, softwares sociais etc. – próprios e propícios aos movimentos comunitários e à comunicação cidadã libertadora.

O pesquisador Arthur Wiliam, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, criou um aplicativo, para rádios comunitárias – que transmitem desde o local e o comunitário –, capaz de amplificar o alcance das transmissões, com a premissa de que “as culturas, as vozes e os ideais locais devem ser valorizados, e cheguem cada vez mais longe” (Pesquisador..., 2013). A tecnologia tem versões para web, Android e iPhone e está sendo usada por mais de 64 rádios de dezessete países.

No México, foi desenvolvida a rede *Rhizomatica*<sup>23</sup> de telefonia celular comunitária, na zona de Sierra Norte, em Oaxaca, região antes sem sinal de telefonia celular móvel porque as grandes empresas de telecomunicações não tinham interesse de investir em infraestrutura nessas áreas rurais de população indígena. Baseada em hardware e software livres – como se fosse uma rádio –, a *Rhizomatica* surgiu em 2013 na Villa Talea de Castro, a 120 quilômetros de Oaxaca. No início, atendia a 33 comunidades, mas atualmente, as redes abrangem mais de 356 municípios de cinco estados – Chiapas, Guerrero, Oaxaca, Puebla e Veracruz (Rhizomatica..., 2015; La emancipación..., 2016).

O projeto parte da iniciativa de coletivos, universidades, organizações da sociedade civil e meios de comunicação indígena, pertencentes ao *Congreso Nacional de Comunicación Indígena*, comprometidos com o exercício do direito dos povos indígenas a adquirir, administrar e operar seus próprios meios de comunicação, como diz o texto constitucional. A iniciativa buscou identificar as condições técnicas, econômicas e jurídicas para que as comunidades indígenas que não contam com telefonia celular, pudessem tê-la. Com base nas recomendações de política pública do programa *Connect a School – Connect a Community* da *Unión Internacional de Telecomunicaciones* (UIT), estruturamos um esquema de prestação de serviço baseado em colaboração, em economias de escala e sistemas tradicionais de organização indígena, que fosse viável à prestação do serviço. Assim, a comunidade opera uma rede interna de serviço de internet. [...] A comunidade de *Talea de Castro* decidiu ser pioneira nesse esquema e no caso, foi instalada uma rádio base celular interna que opera em banda de 900 MHz de uso livre no México, ou seja, uma rede privada [sem fins lucrativos] que não requer permissão ou concessão;

<sup>23</sup>Rhizomatica. Redes por la Diversidad, Equidad y Sustentabilidad A.C.



que se conecta a um provedor de internet e que conta com um operador VoIP<sup>24</sup>. (Comunicado..., 2013: 1-2)

A Rhizomatica está legalmente constituída, a partir de brechas descobertas na legislação, e aprovada pela Comisión Federal de Telecomunicaciones. A sabedoria tecnológica de pessoas alinha-se ao caráter cívico e à participação das comunidades com práticas de gestão coletivas e criação de fundo comunal de recursos. O sistema é administrado nos mesmos moldes das rádios comunitárias para fazer frente às necessidades locais de telefonia celular.

## DESAFIOS AOS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES NA ERA DA INTERNET

O primeiro desafio é qualificar as lutas sociais para garantir que o desenvolvimento tecnológico e, como tal, a internet, com todo seu poder de facilitar o acesso universal à informação e possibilitar compartilhamento de conteúdo, sejam colocados prioritariamente para servir o bem comum, uma vez mantido o sentido público da geração do conhecimento tecnológico. Essa seria uma pista básica para constituir uma economia guiada pelo serviço ao ser humano, e não apenas desenvolvida como negócio gerador de capital e lucros apropriados privadamente pelos donos das corporações capitalistas. Nesse desafio está embutida a premência de ampliar as lutas pelo acesso pleno de todos os cidadãos e cidadãs às benesses do desenvolvimento tecnológico do seu tempo, em condições de igualdade.

Um segundo desafio, em matéria de canais e formas de comunicação, é cuidar para que se valorize a diversidade e o convívio da comunicação dialógica com as tecnologias tradicionais e com as modernas, como parte de um complexo comunicacional dos movimentos e organizações sociais sem finalidade de lucro. A corrida cega às redes sociais digitais pode desconsiderar a importância da comunicação direta e dialógica presencial como força efetiva de conscientização e de atitudes coletivas duradoras, além dos meios impressos, do rádio e da televisão como canais e linguagens de importância em determinadas realidades. Nesse contexto, ao mesmo tempo, há que se considerar a centralidade da internet e seus infindáveis sítios estáveis e espaços temporários de participação em contribuir para a comunicação cidadã, facilitar o acesso ao conhecimento, favorecer a difusão das culturas e dos conhecimentos populares, dar visibilidade às iniciativas emancipatórias, promover a mobilização e estabelecer elos entre pessoas, visando às ações coordenadas, mesmo de duração limitada, como no caso das grandes manifestações e protestos públicos. Trata-se, enfim, de um patamar indispensável ao desenvolvimento do exercício da cidadania.

<sup>24</sup>No original: "El proyecto parte de la iniciativa de colectivos, universidades, organizaciones de la sociedad civil y medios de comunicación indígena, pertenecientes al Congreso Nacional de Comunicación Indígena, comprometidos con el ejercicio del derecho de los pueblos indígenas a adquirir, administrar y operar sus propios medios de comunicación, como lo marca el texto constitucional. La iniciativa buscó identificar las condiciones técnicas, económicas y jurídicas para que las comunidades indígenas que no cuentan con telefonía celular, pudieran hacerlo. Con base en las recomendaciones de política pública del programa Connect a School – Connect a Community de la Unión Internacional de Telecomunicaciones (UIT), estructuramos un esquema de prestación de servicio basado en la colaboración, en economías de escala y sistemas tradicionales de organización indígena, que hiciera viable la prestación del servicio. Así, la comunidad opera una red interna al servicio de internet. [...] La comunidad de Talea de Castro decidió ser pionera en este esquema y en el caso, se ha instalado una radio base celular interna que opera en banda de 900 MHz de uso libre en México, es decir, una red privada [sin fines de lucro] que no requiere permiso o concesión; que se conecta a un proveedor de internet y que cuenta con un operador VoIP".



Porém, sem desconsiderar as diferenças: as habilidades tecnológicas são mais desenvolvidas em alguns movimentos (e pessoas) que em outros, não cabendo homogeneização.

Existem outros desafios subjacentes, como um terceiro, o de superar a premissa de políticas públicas baseadas em meras estratégias de *inclusão* digital. Há que se incorporar as tecnologias de informação e comunicação como plataformas de conhecimento para desenvolver as culturas de informação, comunicação e conhecimento, na perspectiva da cibercultura<sup>25</sup> defendida por Jorge A. González (2012), permitindo o fortalecimento da autonomia e a reenergização de estruturas sócio comunitárias. O quarto desafio é criar e fortalecer comunidades presenciais e virtuais, para além de redes sociais no Facebook ou no WhatsApp. Comunidades pressupõem a existência de laços mais densos e duráveis, afinidades de propósitos e partilha dos benefícios advindos dos modos de atuação coletiva. E um quinto seria o de superar a tendência ao individualismo e ao personalismo<sup>25</sup>, tanto por parte de indivíduos, no uso de sítios na internet, quanto de lideranças de movimentos sociais e comunitários, o que significa o desenvolvimento do senso coletivista, do *nós*, do comum, da cooperação e da educação para o espírito cívico.

<sup>25</sup> Existe a tendência de os mais habilitados no manuseio das técnicas se anteciparem ao *que fazer* coletivo na elaboração e postagem de conteúdo, nas mídias e redes on-line, relativo aos movimentos que representam, o que pode ser prejudicial ao processo participativo e de decisão compartilhada.

São visões que se alojam numa concepção de desenvolvimento, o *desenvolvimento participativo*, ou até do *Buen Viver*, se entendidos como estágio superior ao modelo desenvolvimentista baseado no progresso difusionista, predominantemente em vigor no Brasil e mundo afora. A discussão sobre qual desenvolvimento está em curso e sobre outro tipo de desenvolvimento possível tem sido travada nas edições do Fórum Social Mundial. Mas existe o seu paradoxo, o Fórum Econômico Mundial, que impregna o mundo com visões, políticas e práticas dando a primazia aos interesses do capital.

Desse modo, os desafios se avolumam, cabendo acrescentar a descolonização das mentes, de modo a desconstruir a cultura do consumismo e o modelo ocidental de vida como padrão a todos os povos que, de fato, ainda soa apenas como miragem às maiorias empobrecidas do planeta.

A construção de uma sociedade globalizada no civismo inerente à vocação ontológica do ser humano à humanização (Freire, 1997) é o desafio subjacente a todos os outros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço tecnológico incessante evidencia novas facetas do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação ao propiciar descobertas e apropriações em múltiplas direções, tanto no sentido libertador quanto no sentido

opressor. Há iniciativas emancipadoras como as antes mencionadas, mas também o seu contrário. O anonimato possível atrás das máscaras, o pós-fato, pós-verdade ou *fake news* (o que de fato ocorre ou ocorreu não importa, e algo vira notícia antes da apuração de veracidade), o *bullying*, o desrespeito às diferenças étnicas, sociais, de gênero, educacionais, de procedência e físicas, entre outros, afrontam os direitos das pessoas e oprimem a dignidade humana. Em outros termos, na internet há espaços favoráveis à civilidade, mas há outros que cultivam a difamação e o ódio. É arena de liberdade de expressão – individualista ou coletivista – sendo, ao mesmo tempo, palco de controle das pessoas que nela se expõem ou são expostas. O domínio dos mecanismos do algoritmo é uma questão de imensurável importância. Ele representa a artimanha do capital e do Estado para controlar as pessoas e os grupos sociais; para satisfazer as estratégias de empresas capitalistas, de segmentos político-partidários e de forças do exercício do poder estatal (político e repressor) e negar a liberdade e autonomia dos cidadãos. Esse domínio possibilita o controle integral de tudo que é visto, buscado e feito em computadores, celulares e aparelhos similares conectados à internet. Cartografa-se a vida de alguém para os fins que desejarem os detentores dos dados, que podem ser tanto para interesses político-ideológicos e político-partidários quanto mercadológicos.

No entanto, há outro paradoxo forte: existem mil e uma formas de resistir a todos os mecanismos de opressão e manipulação social. Os mais diferentes atores, comprometidos com a justiça social e a construção de uma sociedade igualitária, protagonizam iniciativas diversas (formando comunidades, redes – presenciais e digitais –, *blogueando*, postando fotos, *podcasts*, vídeos com informação alternativa – outra visão de sociedade – no mundo todo) capazes de, pouco a pouco, educar para a cidadania, descortinar as visões e ações desfavoráveis ao interesse público, reduzir as desigualdades (muitos conjugam ação na internet e na realidade concreta) e influir no caráter civilizatório de cada nação. ■

## REFERÊNCIAS

- BARRANQUERO, A. Redes digitales y movilización colectiva: del 15-M a las nuevas prácticas de empoderamiento y desarrollo local. In: MARTINEZ HERMIDA, M.; SIERRA CABALLERO, F. (Coords.). *Comunicación y desarrollo: prácticas comunicativas y empoderamiento local*. Barcelona: Gedisa, 2012. p. 377-400.
- BRAGA, R. W.; ANSEL, T. A.; MOISÉS, R. J. (Orgs.). *Direito à comunicação e justiça racial*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/W8reJw>>. Acesso em: 25 set. 2015.
- CASTELLS, M. *Redes de indignación y esperanza*. Madrid: Alianza, 2012.

- COMUNICADO de prensa con relación a la Red de Telefonía Celular Comunitaria de Talea de Castro. *Rhizomatica*, Oaxaca, 21 ago. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2P6PYMi>>. Acesso em: 29 jan. 2017.
- EM HARVARD, criador do Facebook defende renda básica universal. *Brasil 247*, [S.l.], 26 jul. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/Sho3SE>>. Acesso em: 9 out. 2017.
- FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. Disponível em: <<https://goo.gl/X8K1Te>>. Acesso em: 30 jun. 2018.
- FREIRE, P.; SHOR, I. *Medo e ousadia: o cotidiano de professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- FREY, K. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 21, p. 165-185, nov. 2003.
- GONZÁLEZ, J. A. *Entre culturas e cibercultur@s: incursões e outras rotas não lineares*. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2012.
- KEEN, A. *O culto ao amador: como blogs, MySpace, YouTube e a pirataria digital estão destruindo nossa economia, cultura e valores*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- LA EMANCIPACIÓN mediática en México da un paso adelante con red de telecomunicaciones para uso social indígena. *Global Voices*, [S.l.], 22 jul. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/jGQZsz>>. Acesso em: 23 jul. 2016.
- LEVY, P. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.
- PESQUISADOR da Uerj cria aplicativo com 64 rádios comunitárias de 17 países. *Portal EBC*, Brasília, DF, 6 dez. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/dwvrtc>>. Acesso em: 25 set. 2015.
- RHIZOMATICA: telefonía celular con sabor comunitario. *Pillku*, Oaxaca, 30 jun. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/wgSciW>>. Acesso em: 30 set. 2015.
- RÜDIGER, F. *Introdução às teorias da cibercultura: tecnocracia, humanismo e crítica no pensamento contemporâneo*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- SCHERER-WARREN, I. Redes sociales y de movimientos en la sociedad de la información. *Revista Nueva Sociedad*, Caracas, n. 196, p. 77-92, 2005.
- THORNHILL, J. Por que o Facebook deveria nos pagar uma renda mínima. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 9 ago. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/Ay2x2Z>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

---

Artigo recebido em 18 de janeiro de 2018 e aprovado em 1º de junho de 2018.